



PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

PAP PCJ 2013 - 2016

RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO

2013 A 2016

ABRIL/2017

1- INTRODUÇÃO

Foi aprovado em 14 de dezembro de 2012, como uma das metas para 2012 do Contrato de Gestão celebrado entre a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas – ANA, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ (PAP-PCJ) para o período 2013 a 2016.

O PAP-PCJ 2013-2016 contém programas e subprogramas do Plano de Bacias 2010-2020, priorizados pelos Comitês PCJ, contendo parte das ações possíveis de serem financiadas, com intuito de alcançar as metas intermediárias constantes do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos programas e considerando tais ações como demandas priorizadas.

Todas as ações priorizadas no PAP-PCJ 2013-2016 são de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ. Desde a sua aprovação já ocorreram 3 atualizações, conforme norma constante da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, uma em março de 2014, outra em março de 2015, e em março de 2016, em função das atividades realizadas e das demandas surgidas. No mês de abril de 2017 será apurado efetivamente o saldo não contratado e as ações efetivamente contratadas e em vias de contratação que prosseguirão no exercício de 2017.

O presente documento evidencia, de forma resumida, o relatório sobre a execução do Plano de Aplicação Plurianual PAP PCJ 2013-2016, para o período em questão, apresentando informações sobre as atividades realizadas e os valores aprovados pelos Comitês PCJ e contratados.

2 - DELIBERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ 2013-2016

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e dá outras providências.

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2013-2016 (PAP-PCJ 2013-2016), baseado nas ações dos Programas de Duração Continuada do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, constante do Anexo I desta deliberação.

Parágrafo único. As ações constantes do PAP-PCJ 2013-2016 serão custeadas com recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ), previstos para os próximos 4 anos (exercícios de 2013 a 2016), descontando-se o montante de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), que serão aplicados para financiamento de empreendimentos de Demanda Espontânea no período de 2013 a 2016, nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 164/2012.

Art. 2º Caberá à Agência das Bacias PCJ:

- I. Elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas no PAP-PCJ 2013-2016, de acordo com prioridades de demandas;
- II. Contratar e acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016;
- III. **Atualizar, até o dia 31 de março de cada ano**, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente;
- IV. Propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2013-2016;
- V. Propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ.

Art. 3º Fica delegado à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB):

- I. Por meio do seu Grupo de Acompanhamento do Plano (GT Acompanhamento), a função de acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016, a serem implementadas pela Agência das Bacias PCJ;
- II. Aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016;

III. Elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016.

Parágrafo único. Ocorrendo a rejeição de proposta, pela CT-PB, apresentada nos termos do inciso II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL).

Art. 4º Fica delegado à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL):

I. Aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016;

II. Apreciar recursos administrativos apresentados pela Agência das Bacias PCJ, conforme disposto no parágrafo único do art. 3º desta deliberação;

III. Apreciar, até 30 de junho de cada ano, relatório da CT-PB sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016, informando os Plenários dos Comitês PCJ e propondo medidas, quando couber.

Parágrafo único. Ocorrendo a rejeição de proposta ou recurso administrativo, pela CT-PL, apresentados nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo aos Plenários dos Comitês PCJ.

São objetivos do PAP-PCJ:

I. Buscar as metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e no Contrato de Gestão, consideradas prioritárias no período de 2013 a 2016;

II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;

III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo;

IV. Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

V. Manter e ampliar a rede de monitoramento Hidrológico;

VI. Intensificar as parcerias com as Prefeituras Municipais visando a ampliação do Programa Municipal de Recursos Hídricos;

VII. Intensificar as ações de Educação Ambiental e Comunicação Social;

VIII. Dar suporte técnico e administrativo aos Comitês PCJ.

O Programa de Ações e Investimentos do Plano de Bacias PCJ 2010/2020 está estruturado em 8 Programas de Duração Continuada (PDC's) sendo que estes estão subdivididos em 55 subprogramas e em 194 ações elegíveis, sendo que essas ações foram agrupadas em 20 temas e selecionadas aquelas que serão efetivamente desenvolvidas no período de 2013 a 2016, a saber:

I. SISTEMA DE SUPORTE À DECISÃO - SSD

O Sistema de Suporte à Decisão – SSD-PCJ é um software desenvolvido pelo Laboratório de Sistemas de Suporte à Decisão – LabSid da Escola Politécnica da USP/SP que permite combinar alocação de quantidade de água e qualidade possibilitando assim a modelagem de determinado corpo d'água, em função de determinados cenários e premissas.

O SSD foi atualizado em 2008/2009 quando da elaboração do Plano de bacias e necessita de atualizações e contínuos aprimoramentos.

Para este tema estão previstas as seguintes atividades:

- a) gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento de atualizações do Sistema SSD;
- b) análises quali-quantitativas das Bacias PCJ; e
- c) apoio à localização industrial mediante difusão de informações sobre as disponibilidades hídricas e o enquadramento dos corpos d'água.

II. ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA E PLANO DE BACIAS

Os rios das Bacias PCJ foram enquadrados em classes de uso preponderantes através do Decreto Estadual Paulista 10.755 de 22 de novembro de 1976 para os trechos paulista e como classe 2 para os trechos mineiros pela Resolução CONAMA 357/2005, desde então a situação de muitos trechos de rios se deterioraram necessitando de uma estratégia para a sua recuperação.

O Plano de Bacias 201-2020 trouxe uma proposta para recolocá-lo no enquadramento proposto, assim várias ações devem ser realizadas para alcançar este objetivo, para o período 2013 a 2016 estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) acompanhamento do Contrato para elaboração do Programa de Efetivação do Enquadramento;
- b) encaminhamento e Acompanhamento das discussões sobre a proposta de enquadramento junto aos Conselhos Estaduais Paulista e Mineiro (CRH's), bem como no Conselho Nacional (CNRH);
- c) realizar estudos complementares para os trechos críticos dos Rios Jundiáí; Corumbataí, Quilombo, Piracicaba, Jacaré e Capivari; e
- d) estudos e propostas de melhorias da eficiência do tratamento de efluentes em áreas críticas das Bacias PCJ e Revisão do Plano de Bacias PCJ.

III. USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

O disciplinamento, o cadastramento e a gestão do uso da água no meio rural se constituem num grande desafio em qualquer região do país, nas Bacias PCJ essa realidade não é diferente por isso se faz necessário uma ampla parceria dos Comitês PCJ com as entidades representativas do setor buscando primeiramente desmistificar o "senso comum" de que cadastramento e disciplinamento seriam atividades para poder ocorrer a cobrança pelo dos recursos hídricos, quando na verdade estas atividades são necessárias para que se possa, de fato, termos gestão dos recursos hídricos, com diminuição dos conflitos já existentes e de forma harmonizada garantir a água para todos os usos.

Cabe destacar que a cobrança pelos usos dos recursos hídricos para os irrigantes, nas Bacias PCJ e em outras regiões do país já existe e precisa passar a ocorrer nos rios de domínio paulista, assim estaremos trabalhando no período proposto nas seguintes ações:

- a) acompanhamento do projeto denominado “LUISA” e verificação da viabilidade de sua metodologia;
- b) levantamentos, coleta de dados, discussão e complementação do cadastro dos usuários com irrigação;
- c) participação nas discussões sobre a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para os usuários agrícolas no Estado de São Paulo; e
- d) discussão e deliberação sobre usos insignificantes e Parcerias com as Entidades ligadas ao setor para realização de outorgas de usos no meio rural.

IV. PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O Programa Municipal de Recursos Hídricos é um ambicioso projeto de parceria proposto pelos Comitês PCJ aos municípios e visa basicamente a implantação de uma Política Municipal de Recursos Hídricos baseados em uma legislação municipal capaz de conhecer e planejar ações em toda a malha hídrica do município possibilitando assim que a gestão dos recursos hídricos chegue nos corpos d’água menores indo até as nascentes. Nesse sentido estão previstas para o período de abrangência deste PAP-PCJ as seguintes atividades:

- a) elaboração de diagnóstico sobre a aprovação das leis municipais e suas ferramentas de gestão;
- b) levantamento da situação dos municípios das Bacias PCJ quanto à aprovação da Lei de Política Municipal de Recursos Hídricos;
- c) articulação Institucional visando a aprovação da Lei sobre política Municipal de Recursos Hídricos em todos os municípios das Bacias PCJ;
- d) contratação de prestação de serviços para elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos para os municípios que já tem a lei aprovada, com o estabelecimento de

um Termo de Cooperação Técnica com estes municípios para definição das atividades de continuidade do programa;

e) contratação de prestação de serviços visando o desenvolvimento de arquitetura e softwares comum para os Sistemas Municipais de Informações Ambientais - SMIA;

f) realização de estudos visando a aplicação de recursos financeiros das cobranças de forma conjunta com os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, em ações previstas no Plano Municipal e Plano de bacias;

g) definição de Termo de Referência com conteúdo mínimo para disponibilização aos municípios visando a contratação de Diagnóstico Ambiental como parte integrante do Plano Municipal de Recursos Hídricos; e

h) discussão e definição de norma que permita apenas o município ser tomador de recursos para a finalidade do Plano Municipal de Recursos Hídricos, desde que o município possua lei aprovada.

V – MONITORAMENTO HIDROLÓGICO, SALA DE SITUAÇÃO E DRENAGEM URBANA

A rede de monitoramento hidrológico das Bacias PCJ se constitui numa importante ferramenta para o acompanhamento e tomada de decisão, notadamente, para a gestão do Sistema Cantareira e nos momentos de eventos extremos como as secas e as enchentes.

Através de uma parceria Comitês PCJ e Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE foi implantada a Sala de Situação PCJ que permite uma gestão mais apurada dos diversos elementos que precisam ser acompanhados quando se verifica esses eventos extremos tais como: Pluviométrica, Fluviometria, o tempo de trânsito das águas ao longo das calhas dos nossos rios, além da necessidade de se fazer o monitoramento da qualidade da água em tempo real, assim para o período deste Plano de Aplicação teremos as seguintes ações:

a) elaboração de Termo de Referência visando estabelecer as ações de ampliação da rede, manutenção dos pontos monitorados e Funcionamento da Sala de Situação;

- b) contratação de prestação de serviços para ampliação dos pontos existentes, manutenção, bem como funcionamento da Sala de Situação;
- c) identificação de áreas de risco: mapeamento geo-referenciado das principais áreas que frequentemente estão sujeitas a inundações, de modo a subsidiar a realização de estudos focados na definição das diferentes causas para diferentes ocorrências;
- d) metodologia e Procedimentos para desenvolvimento de sistema para determinação de níveis e vazões em corpos d'água das Bacias PCJ (contratado);
- e) modernização/ implantação e operação da rede hidrometeorológica e gerenciadora dos serviços;
- f) implantação de sistema automatizado de Alerta contra inundações;
- g) instalação de medidores de vazão nas captações dos 30 menores municípios das Bacias PCJ de acordo com estudo elaborado pelo Consórcio PCJ com interligação das informações à Sala de Situação;
- h) estudo sobre o tempo de trânsito das Bacias PCJ; e
- i) convênio com entidades operadoras de radar; Elaboração de Planos de Macrodrenagem Municipais.

VI – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

As ações de educação ambiental e de comunicação se constituem em importantes ferramentas para conscientização e a mobilização da sociedade para alcançarmos uma gestão eficiente e participativa.

É preciso levar à sociedade todo o conhecimento construído e em grande parte absorvido no âmbito dos Comitês PCJ de modo a disseminar este conhecimento e permitir uma mudança de hábitos agregando assim mais forças para a gestão dos recursos hídricos. Para o período de 2013 a 2016 estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) implantação do AQUAEDUCA;
- b) contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners;

- c) contratação de serviços visando a continuidade da TV PCJ;
- d) capacitação técnica dos profissionais dos órgãos gestores de recursos hídricos para o entendimento das questões abordadas sobre as zonas de planejamento previstas no Plano de Bacias visando a integração do Plano, outorgas e licenciamento ambiental;
- e) contratação de consultoria para transformação do Plano de Bacias (linguagem técnica) em linguagem pedagógica e produção de material específico para diversas faixas etárias;
- f) contratação de Serviços visando a transmissão on-line das reuniões plenárias e eventos especiais; e
- g) publicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Planos de Bacias Hidrográficas, Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, e demais Relatórios de Avaliação e Acompanhamento da Implementação do SIGRH, no Estado de São Paulo.

VII. ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS - APRM

As Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de interesse regional são áreas estratégicas e precisam de estudos específicos para poderem ser recuperadas e preservadas possibilitando o seu aproveitamento como manancial para abastecimento público, neste PAP-PCJ estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) contratação de estudos para implantação da política estadual de proteção e recuperação dos mananciais de interesse regional, com base na Lei nº 9866, de 28 de novembro de 1997, em no máximo 2 novas áreas; e
- b) aperfeiçoamento da legislação de proteção dos atuais mananciais; Elaboração de PDPA's para APRM's.
- c) Contratação de Serviços para viabilização de APRM's.

VIII. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Nas Bacias PCJ a oferta de água subterrânea é escassa e necessita da implantação de ferramentas para o seu controle, tanto do ponto de vista da quantidade como da qualidade para possibilitar um uso mais seguro e eficiente. Ações previstas para o período:

- a) estudo para definição de áreas de restrição e Controle de Captação e uso das águas subterrâneas; e
- b) implantação de rede de monitoramento de água subterrânea.

IX. PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Diretor de Saneamento Básico, conforme previsto na Lei 11.445/07 exige a inclusão dos tópicos resíduos sólidos e da drenagem nos Planos anteriormente existentes. Por outro lado, os Planos Diretores são sempre muito importantes para a execução eficiente das ações necessárias, nesse sentido existe a necessidade de elaboração ou de adaptação dos planos existentes, nesse período estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) contratação de empresa visando o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico (água, esgoto, lixo e drenagem) para 17 Municípios; e
- b) complementação do Plano PMSB para 11 municípios (lixo e drenagem).

X. POLUIÇÃO DIFUSA, EROSÃO E EUTROFIZAÇÃO

A poluição difusa e a eutrofização são temas bastante importante, porém em um ambiente com grande quantidade de carga pontual ainda sendo lançadas nos corpos d'água necessita-se de melhores estudos para se identificar as ações necessárias.

A erosão do solo, por sua vez, é bastante conhecida e precisa de ações específicas para a sua resolução.

Neste Plano de Aplicação estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) estudos para caracterização das fontes de poluição difusa, nas áreas urbanas e rurais; e
- b) estudos, projetos e obras para implementação ações que minimizem a erosão do solo no meio urbano e rural.

XI. PARCERIAS

Algumas ações previstas no Plano de Bacias exigem o estabelecimento de parcerias com Órgãos e Entidades públicas ou privadas para a sua consecução, tais como:

- a) continuidade dos trabalhos de Fiscalização, Cadastramento, Licenciamento e Regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais;
- b) parceria com o setor privado usuário industrial visando solução de problemas relacionados a gestão dos recursos hídricos, em especial o reuso e formas de financiamento;
- e
- c) ações de mobilização, assistência, estudos, projetos, serviços e obras para a porção mineira das Bacias PCJ.

XII. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) E RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL

O tema Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do ponto de vista técnico é visto como uma exemplar estratégia para a recuperação e proteção de corpos de água e por consequência de bacias hidrográficas, porém do ponto de vista legal ainda permite muitas interpretações e isso vem dificultando a relação entre os gestores de recursos públicos, proprietários rurais e fiscalizações exigindo uma postura mais conservadora a respeito do tema.

A Recomposição Florestal, por sua vez, é uma necessidade e exige planejamento e boas parcerias para uma eficaz atuação. Existe atualmente em nossa região uma grande demanda por áreas para a execução de serviços, principalmente, fruto de negociações com Ministério Público, assim para o período proposto estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) serviços para atualização do Plano Diretor de Reflorestamento;
- b) realizar levantamento de áreas a serem executados serviços de recomposição da mata nativa e proteção de nascentes, nas Bacias PCJ;

- c) contratação da elaboração de Projetos e licenciamentos ambientais para a execução dos serviços de recomposição da mata nativa, com base nas áreas levantadas;
- d) em relação ao PSA elaborar diagnósticos, projetos, e programas de incentivo para implementação dos serviços previstos, busca de fontes de recursos financeiros para estes pagamentos, bem como suporte para elaboração de legislação para essa finalidade;
- e) contratação de serviços, para valoração dos Serviços Ambientais e monitoramento de resultado;
- f) estudos de matrizes regionais para reflorestamento e mapeamento da ocorrência das espécies nativas nas bacias PCJ; e
- g) serviços de recomposição Florestal - plantio

XIII. RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

A recuperação da qualidade das águas nas Bacias PCJ é uma luta incessante desde o início dos trabalhos dos Comitês PCJ, que nestes 19 anos de trabalho investiu parcela significativa dos recursos das cobranças PCJ nesta atividade.

Este trabalho todo dos Comitês PCJ e dos responsáveis pelos Serviços de Saneamento resultou num expressivo montante de recursos financeiros aplicados nos municípios das Bacias PCJ investimentos estes que propiciarão o atingimento da meta de coleta e tratamento de esgoto prevista no Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Para o período de 2013 a 2016 estão previstas as seguintes atividades:

- a) contratação de prestação de serviços de engenharia visando a elaboração de projeto executivo com licenciamento ambiental de Sistemas de Interceptação, transporte, Tratamento para 04 Municípios e licenciamento ambiental para projetos existentes de 04 municípios;
- b) levantamento sobre a situação dos municípios quanto a necessidade de sistema de tratamento de lodo de ETA;
- c) contratação de serviço de engenharia para desenvolvimento de 05 Projetos executivo e licenciamento do sistema de tratamento de lodo da ETA;
- d) remuneração do Agente Técnico e Gerenciadora de Projetos;

e) elaboração de levantamento sobre a necessidade de Estudos, projetos, processo de licenciamento e outorga para as obras de implantação de centrais transbordo, gerenciamento e disposição final de lodos oriundos de ETAs e ETEs; e

f) levantamento da situação dos sistemas públicos de disposição final de resíduos sólidos no que diz respeito ao chorume.

XIV. USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Uso Racional dos Recursos Hídricos é um dos objetivos da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, uma das formas de se buscar o uso racional é combater as perdas de água que ocorrem nas redes de distribuição de água nos municípios.

Para o desenvolvimento de ações visando o combate às perdas físicas é necessária a existência de um Plano Diretor para maximizar os resultados e os recursos financeiros investidos, assim estaremos investindo nestes Planos de forma induzida e em Serviços e obras a modalidade será como demanda espontânea, conforme segue:

Elaboração do plano Diretor de Controle de Perdas para 18 municípios e complementação de Planos existentes conforme conteúdo mínimo para 22 municípios; Apoio para discussão no âmbito da CT-SA sobre a uniformização de uma metodologia para o cálculo do índice de perdas nos sistemas de abastecimento público ou outro indicador que possa ser utilizado por todos. Obras e serviços a serem financiadas como demanda espontânea.

XV. CURSOS E CAPACITAÇÃO

A formação e a capacitação técnica dos membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ deve ser uma atividade constante e rotineira, principalmente porque a capacitação destes profissionais permite tomada de decisões sempre mais qualificadas, assim no período proposto estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

a) firmar parcerias com as Instituições de Ensino, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas vagas nos cursos de especialização "Lato Sensu". 1 vaga por Câmara Técnica por ano; e

b) firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância em recursos hídricos, visando à realização de cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e, de estudos e pesquisas em recursos hídricos.

XVI. CADASTRO DE USUÁRIOS

Nas Bacias PCJ verificamos a existência de três legislações específicas e, portanto, três dominialidade de rios a estadual paulista a mineira e a federal existe, portanto, a necessidade de unificar os cadastros existentes de forma a dar mais agilidade e consistência para as informações existentes. Para o Período estaremos desenvolvendo as seguintes atividades:

a) proposição e Avaliação de uma arquitetura de sistema integrado ao Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH;

b) constituição de Banco de Dados Integrados; e

c) desenvolvimento de módulo financeiro para o sistema integrado.

XVII. DESASSOREAMENTO

O assoreamento dos corpos d'água é preocupante em qualquer ponto dos rios, mas é para o abastecimento público que pode acarretar graves problemas, para o período do PAP-PCJ estaremos realizando a contratação de serviços para levantamento de trechos críticos quanto ao assoreamento e à qualidade dos corpos d'água que afete o abastecimento público.

XVIII. SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS

A Secretaria Executiva dos Comitês é a responsável por todas as atividades necessárias ao bom funcionamento dos Comitês, desde a logística e o suporte para as reuniões plenárias como também para as 12 Câmaras Técnicas onde participam mais de 700 pessoas.

O incentivo à participação destes membros dos Comitês em eventos externos é outra ação que vem obtendo bons resultados, pois permite verificar o estágio das discussões e decisões nas diversas regiões do país e do mundo. As ações previstas para o período são:

- a) logística e suporte às reuniões plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- b) eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 20 anos de implantação, Intercâmaras, simpósios;
- c) participação de membros dos Comitês PCJ em eventos externos, tais como: Fóruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias; ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água; e
- d) tecnologias para aperfeiçoamento dos Sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês e gerenciadora de ações.

XIX. RESERVATÓRIOS

O tema Reservatório é de fundamental importância para os Comitês PCJ, pois significa a possibilidade de acrescentar mais água em uma relação demanda/disponibilidade bastante comprometida. Os estudos sobre as possibilidades existentes para a implantação de novos reservatórios foram atualizados e priorizados 2 destas possibilidades.

A grande novidade nesse processo é que o Governador do Estado de São Paulo, quando da realização do I Simpósio das Bacias PCJ, em agosto anunciou a intenção do governo do Estado em construir esses reservatórios num investimento de aproximadamente R\$ 190 milhões de reais, assim no período do PAP-PCJ estaremos desenvolvendo as seguintes ações:

- a) articulação com o DAEE e SSRH visando as ações necessárias para o andamento dos trabalhos de implantação das 2 barragens;
- b) acompanhamento dos trabalhos visando a publicação do Decreto de Utilidade Públicas das áreas das 2 barragens Jaguari e Camanducaia;
- c) contratação de prestação de serviços visando as ações complementares para possibilitar o Decreto de Desapropriação das áreas das 2 barragens;
- d) ações complementares visando a minimização dos impactos da implantação das 2 barragens; e
- e) gerenciamento e acompanhamento das ações e verificação dos impactos.

XX. EXTRAÇÃO DE AREIA.

A atividade de extração de areia do leito dos corpos d'água tem sempre um lado positivo que é o de dessassorear aquele trecho, porém provoca tanto a queda o oxigênio dissolvido como graves problemas nas margens dos rios, assim se faz importante conhecer e cadastrar essa atividade, para o período do PAP-PCJ estaremos realizando a elaboração do cadastro de empreendimentos de extração mineral em leitos dos corpos d'água e/ou em área de influência.

3 – EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES 2013 A 2016

A seguir serão apresentadas as ações realizadas pela Agência das Bacias PCJ, no período de 2013 a 2016, a partir da aprovação do PAP PCJ 2013-2016. Pretende-se elencar as contratações mais representativas de cada programa, levando-se em consideração o montante envolvido e a relevância para o cumprimento das ações do Plano de Bacias.

3.1 – Exercício 2013

Em 2013, a contratação das atividades previstas no PAP-PCJ foi lenta em virtude das dificuldades encontradas pela equipe da Agência das Bacias PCJ quanto à preparação de termos de referência, resultando num montante contratado de **R\$5.647.302,65** (cinco

milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e trezentos e dois reais e sessenta e cinco centavos). Podem ser destacadas 07 ações mais representativas pertencentes a 07 programas distintos de ações: “Enquadramento dos corpos d’água e Plano de Bacias”, “Plano diretor saneamento básico”, “Serviços ambientais e recomposição florestal”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Cursos e capacitação”, “Cadastro de usuários” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”, a saber:

1) Elaboração de 24 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e 24 Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);

2) Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora de Projetos”, visando apoio ao gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de investimento já contratadas e a serem contratadas pela Agência das Bacias PCJ;

3) Organização do Prêmio Yara de Comunicação, em comemoração aos 20 anos dos Comitês PCJ;

4) Elaboração de termo de referência para atualização do Plano Diretor Florestal nas Bacias PCJ;

5) Análise de empreendimentos com emissão de parecer técnico no âmbito do processo de seleção e indicação visando a obtenção de recursos FEHIDRO e das Cobranças PCJ;

6) Avaliação do cumprimento das metas do Plano de Bacias nas ações relacionadas ao esgotamento sanitário no período de 2008 a 2012; e

7) Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ.

3.2 – Exercício 2014

Em 2014, a Agência das Bacias PCJ conseguiu agilizar as contratações previstas para o exercício, alcançando o valor de **R\$16.015.334,97** (dezesesseis milhões e quinze mil e trezentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos). Pode-se destacar entre os contratos celebrados neste ano, 11 ações relacionadas a 10 programas distintos: “Sistema de suporte a decisão”, “Enquadramento dos corpos d’água e Plano de Bacias”, “Monitoramento

hidrológico e drenagem urbana”, “Educação ambiental e comunicação social”, “Área de proteção e recuperação de mananciais”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Uso racional dos recursos hídricos” “Cursos e capacitação”, “Cadastro de usuários” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”. A seguir são apresentadas as principais atividades contratadas e executadas no exercício:

- 1)** Serviços de monitoramento hidrológico para as Bacias PCJ;
- 2)** Financiamento de ações de demanda espontânea para uso racional dos recursos hídricos;
- 3)** Elaboração de 14 Planos Diretores para o combate às perdas em sistema de abastecimento público de água nas Bacias PCJ;
- 4)** Produção de vídeos educacionais junto à Câmara Técnica de Educação Ambiental – CT-EA;
- 5)** Produção de programas on-line personalizados, para transmissão via internet para a “TV PCJ”;
- 6)** Apoio administrativo para a realização das atividades dos Comitês PCJ, incluindo logística e suporte às suas reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas, bem como organização da participação de membros em eventos externos;
- 7)** Implantação e manutenção de sistema integrado de controle financeiro e gerenciamento de projetos contratados com recursos das Cobranças PCJ;
- 8)** Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ;
- 9)** Análise de empreendimentos com emissão de parecer técnico no âmbito do processo de seleção e indicação visando a obtenção de recursos FEHIDRO e das cobranças PCJ;
- 10)** Elaboração de termo de referência para revisão do Plano de Bacias 2010-2020; e
- 11)** Elaboração de termo de referência para diagnóstico e projetos visando a recuperação, proteção, conservação e adequação ambiental de áreas localizadas nos municípios de Vinhedo e Analândia.

3.3 – Exercício 2015

Em 2015, a Agência das Bacias PCJ realizou contratações no valor de **R\$19.691.910,89** (dezenove milhões e seiscientos e noventa e um mil e novecentos e dez reais e oitenta e nove centavos), sendo que foram contempladas 17 ações em 09 diferentes programas do PAP-PCJ, como: “Uso da água no meio rural”, “Educação ambiental e comunicação social”, “Parcerias”, “Serviços ambientais e recomposição florestal”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Uso racional dos recursos hídricos”, “Cursos e capacitação”, “Cadastro de usuários” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”. As contratações mais relevantes em 2015, foram:

1) Suporte técnico e administrativo à análise para emissão de pareceres e apoio logístico para fins de cadastramento, fiscalização e regularização de outorgas de direito de uso nas bacias PCJ e gerenciamento do sistema de informações da cobrança estadual paulista nas Bacias PCJ;

2) Contratação de licenças de software de informações geográficas e de serviços de suporte especializado para organização e levantamento de unidade de irrigação e serviços ambientais – LUISA – FASE I;

3) Desenvolvimento de estudo piloto para avaliar a implementação de prática de reuso direto;

4) Elaboração de projetos executivos visando a recuperação de nascentes e áreas de recarga d’água localizadas no município de Holambra;

5) Financiamento de ações de demanda espontânea para uso racional dos recursos hídricos;

6) Processamento digital de imagens e confecção de base de dados vetorial georreferenciada na área de interesse do projeto PCJ mineiro, visando diagnóstico ambiental das propriedades rurais;

7) Desenvolvimento de pesquisa para avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ;

8) Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ;

9) Monitoramento e avaliação do cumprimento das metas do Plano das Bacias PCJ 2010-2020 referentes às ações de esgotamento sanitário no período 2013-2014;

10) Assessoramento técnico para acompanhamento das discussões sobre renovação da outorga do Sistema Cantareira;

11) Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora Ambiental/Florestal”, visando o acompanhamento das ações a serem desenvolvidas na área ambiental e florestal na porção paulista das Bacias PCJ;

12) Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora PJ”, visando o acompanhamento das ações a serem desenvolvidas na porção mineira das Bacias PCJ;

13) Assessoria técnico e administrativa, denominada “Gerenciadora Secretaria Executiva Comitês PCJ”, visando a execução e gerenciamento das atividades da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ;

14) Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora de projetos”, visando apoio ao gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de investimentos já contratadas e a serem contratadas pela Agência das Bacias PCJ;

15) Assessoria de imprensa, relações públicas e ações institucionais nas atividades de Agência de Água dos Comitês PCJ;

16) Análise de empreendimentos com emissão de parecer técnico no âmbito do processo de seleção e indicação visando a obtenção de recursos FEHIDRO e das Cobranças PCJ;

17) Apoio administrativo para a realização das atividades dos Comitês PCJ, incluindo logística e suporte às reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas, bem como organização da participação de membros em eventos externos.

Em relação às atividades ligadas à área ambiental, em especial, ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a Agência das Bacias PCJ em parceria com as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Recurso Naturais (CT-RN) concluiu os trabalhos de definições de procedimentos e uma Política que dará agilidade e direcionamento para a aplicação mais efetiva dos recursos do PAP-PCJ. Em 23/10/2015, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/15, aprovou-se a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, que

dispõe sobre as Ações para Produção e Conservação das Águas, Recuperação e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação de recursos financeiros das Cobranças PCJ e demais fundos financeiros.

Também, neste contexto foi assinado o Protocolo de Intenções da Agência das Bacias PCJ com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) que irá ajudar em muito nesse processo, principalmente, pelo conhecimento que os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) possuem em relação aos produtores rurais e as propriedades rurais.

Como primeira ação no âmbito deste Protocolo de Intenções a Agência das Bacias PCJ contratou a CODASP para elaborar os Projetos Integrados de Propriedades (PIPs), para as 101 propriedades elencadas no projeto denominado “Nascentes de Holambra”, projeto este que contará também com recursos financeiros da Agência Nacional de Águas –ANA e da Fundação Banco do Brasil para realização das ações.

3.4 – Exercício 2016

Em 2016, a Agência das Bacias PCJ realizou contratações no valor de **R\$17.432.661,82** (dezesete milhões e quatrocentos e trinta e dois mil e seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), sendo que foram contempladas 13 ações em 09 diferentes programas do PAP-PCJ, como: “Enquadramento dos corpos d’água e Plano de Bacias”, “Monitoramento hidrológico, sala de situação e drenagem urbana”, “Educação ambiental e comunicação social”, “Parcerias”, “Pagamentos por serviços ambientais e recomposição florestal”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Uso racional dos recursos hídricos”, “Cursos e capacitação” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”.

Em 2016 não houve inclusões de novas ações, somente remanejamento de valores anteriormente alocados e não contratados em 2015, com intuito de garantir a efetiva aplicação dos recursos arrecadados. No entanto, várias licitações executadas em 2016 tiveram representação de recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), o que fez com que muitas não se concretizassem, entre elas Plano Diretor de

Reflorestamento das Bacias PCJ; e os Planos Diretores de Combate as Perdas para 22 municípios operados pela SABESP.

Essas representações junto ao TCE fizeram com que fossem suspensos alguns processos licitatórios para revisão interna, como o Plano de Macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiaí, Plano de Macrodrenagem do Município de Camanducaia, Estudo do uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí visando estabelecer cenários e planejamento das alternativas de abastecimento de água para os municípios, Serviços de capina e desassoreamento para desobstrução do vertedor da barragem em Piracaia, Reforma do Viveiro de Camanducaia, ações relacionadas com a recuperação físico-hídrico e ambiental de propriedades rurais envolvidas em programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) ou não, entre outros.

As contratações mais relevantes em 2016 foram:

- 1) Primeira Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020, com propostas de “atualização do enquadramento dos corpos d’água e de programa de efetivação do enquadramento dos corpos d’água até o ano de 2035;
- 2) Suporte Meteorológico aos Comitês PCJ para ações de gerenciamento de recursos hídricos, com destaque para os usos da água na agricultura;
- 3) Monitoramento e avaliação do cumprimento das metas do plano das Bacias PCJ 2010-2020 referentes às ações relacionadas ao esgotamento sanitário para o período de 2015;
- 4) Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ;
- 5) Financiamento de ações de demanda espontânea para uso racional dos recursos hídricos;
- 6) Apoio administrativo para a realização das atividades dos Comitês PCJ, incluindo logística e suporte às suas reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas, bem como organização da participação de membros em eventos externos;
- 7) Prestação de serviços de georreferenciamento para compilação, mapeamento, levantamento e cadastramento de imóveis rurais – portal PCJ mineiro, nos

municípios de Camanducaia, Extrema, Itapeva, Toledo e Sapucaí Mirim, do Estado de Minas Gerais;

8) Assessoria de imprensa, relações públicas e ações institucionais nas atividades de Agência de Água dos Comitês PCJ;

9) Consultoria técnica para elaboração de planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e plano diretor de tecnologia da informação (PDTI);

10) Assessoria técnica, denominado Unidade Coordenadora de Execução – UCE/Jaguariúna para apoio, suporte técnico e acompanhamento das ações do programa Bacias Jaguariúna, com a finalidade de viabilizar a fase de implementação de atividades para a conservação e recuperação de mananciais no município de Jaguariúna – SP;

11) Consultoria para definição de estratégias de comunicação para as ações desenvolvidas no âmbito do sistema de gestão de recursos hídricos das Bacias PCJ;

12) Assessoria e consultoria em gerenciamento de recursos hídricos, com ênfase no detalhamento de ações de desenvolvimento institucional para a implementação dos instrumentos das políticas estadual e federal de recursos hídricos;

13) Estudos e pesquisas para o desenvolvimento organizacional da Agência das Bacias PCJ, envolvendo o desenho e redesenho dos processos de trabalho e a especificação de uma arquitetura do ERP a ser adotado.

4 – BALANÇO DA ARRECADAÇÃO E CONTRATAÇÃO DO PAP PCJ 2013-2016 E REMANEJAMENTO DE VALORES PARA O PAP-PCJ 2017-2020

Em 2012 quando da aprovação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ foram realizadas estimativas de arrecadação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio federal, assim como para os rendimentos de aplicação financeira. O quadro 1 a seguir demonstra a arrecadação e os rendimentos de aplicação financeira efetivamente realizadas no período de 2013 a 2016.

Quadro 1 – Receita da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos e rendimentos de aplicação financeira – 2013 a 2016.

Grupo	2013	2014	2015	2016	Total
Arrecadação	R\$17.827.185,44	R\$17.130.428,96	R\$17.085.086,77	R\$10.390.028,97	R\$62.432.730,14
Rendimentos	R\$3.916.945,79	R\$4.485.629,10	R\$5.309.903,96	R\$5.611.361,93	R\$19.323.840,78
Total parcial	R\$21.744.131,23	R\$21.616.058,06	R\$22.394.990,73	R\$16.001.390,90	R\$81.756.570,92
(-) Custeio - 7,5%	R\$1.630.809,84	R\$1.621.204,35	R\$1.679.624,30	R\$1.200.104,32	R\$6.131.742,82
Disponível investimento	R\$20.113.321,39	R\$19.994.853,71	R\$20.715.366,43	R\$14.801.286,58	R\$75.624.828,10
Previsão investimento	R\$20.350.000,00	R\$20.350.000,00	R\$20.350.000,00	R\$20.350.000,00	R\$81.400.000,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ

Observa-se nos dados acima apresentados que houve, ao final de 2016, receita menor que a estimada em 2012, ano de elaboração do PAP PCJ, considerando os valores efetivamente arrecadados no período de 2013 a 2016. A diferença apresentada a menor foi de R\$5.775.171,90, tendo em vista principalmente o pagamento parcial da SABESP em relação à Transposição do Sistema Cantareira. No quadro 2 a seguir são destacados os valores contratados por programa do PAP PCJ 2013-2016.

Quadro 2 – Contratações e desembolsos do PAP PCJ 2013-2016 por programa.

Programas	Contratado 2013-2016	Desembolsado 2013 - 2016	Saldo a pagar
I - Sistema de Suporte à Decisão - SSD	R\$1.507,95	R\$1.507,95	R\$0,00
Ação 1 - Gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento de atualizações para o SSD PCJ	R\$1.507,95	R\$1.507,95	R\$0,00
Ação 2 - Análises quali-quantitativas das bacias PCJ	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
II - Enquadramento dos corpos d'água e Plano de Bacias	R\$2.995.909,81	R\$351.077,78	R\$2.644.832,03
Ação 1 - Contrato com a Cobrape para elaboração do Programa de Efetivação do enquadramento	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 2 - Encaminhamento e acompanhamento das discussões da proposta de enquadramento junto aos Conselhos Estaduais de MG e SP e Conselho Nacional	R\$282.495,75	R\$282.495,75	R\$0,00
Ação 6 - Revisão do Plano de Bacias	R\$2.713.414,06	R\$68.582,03	R\$2.644.832,03
III - Uso da água no meio rural	R\$1.226.608,85	R\$1.036.252,77	R\$190.356,08
Ação 2 - Levantamento e coleta de dados, discussão e elaboração do cadastro de irrigantes, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e LUISA	R\$1.226.608,85	R\$1.036.252,77	R\$190.356,08
V - Monitoramento hidrológico, sala de situação e drenagem urbana	R\$8.531.916,14	R\$5.216.932,87	R\$3.314.983,27
Ação 2 - Contratação de prestação de serviços para ampliação dos pontos existentes e manutenção, bem como funcionamento da sala de situação	R\$7.205.636,14	R\$4.740.465,67	R\$2.465.170,47
Ação 5 - Modernização/implantação e operação da rede hidrometeorológica	R\$1.326.280,00	R\$476.467,20	R\$849.812,80
Ação 10 - Elaboração de planos de macrodrenagem municipais e regionais	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
VI - Educação ambiental e comunicação social	R\$996.904,21	R\$912.563,01	R\$84.341,20
Ação 2 - Contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners	R\$814.414,25	R\$730.073,05	R\$84.341,20
Ação 3 - Contratação de serviços visando a continuidade da TV PCJ	R\$124.339,96	R\$124.339,96	R\$0,00
Ação 6 - Contratação de serviços visando a transmissão online das reuniões plenárias e eventos especiais e plano de mídia	R\$58.150,00	R\$58.150,00	R\$0,00
VII - Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM	R\$14.000,00	R\$14.000,00	R\$0,00
Ação 3 - Elaboração de PDPA's para APRM's	R\$14.000,00	R\$14.000,00	R\$0,00

Programas	Contratado 2013-2016	Desembolsado 2013 - 2016	Saldo a pagar
VIII - Águas subterrâneas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 1 - Estudo para definição de áreas de restrição e controle de captação e uso das águas subterrâneas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
IX - Plano Diretor de Saneamento Básico	R\$2.382.620,86	R\$2.382.620,86	R\$0,00
Ação 1 - Contratação de empresa visando o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico (água, esgoto, lixo e drenagem) para 17 municípios e complementação do PMSB para 11 municípios (lixo e drenagem)	R\$2.382.620,86	R\$2.382.620,86	R\$0,00
XI - Parcerias	R\$5.895.052,64	R\$3.851.808,46	R\$2.043.244,18
Ação 1 - Continuidade dos trabalhos de fiscalização, cadastramento, licenciamento e regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais	R\$3.650.007,06	R\$2.381.335,68	R\$1.268.671,38
Ação 2 - Parceria com o setor usuário visando solução de problemas relacionados à gestão de recursos hídricos, em especial o reuso e formas de financiamento	R\$758.000,00	R\$682.200,00	R\$75.800,00
Ação 3 - Ações de mobilização, assistência, estudos, projetos, serviços e obras para a porção mineira das bacias PCJ	R\$901.500,00	R\$495.500,00	R\$406.000,00
Ação 4 - Parcerias com municípios, usuários de recursos hídricos e institutos de pesquisa para estudo e ações voltados à proteção e recuperação de mananciais	R\$585.545,58	R\$292.772,78	R\$292.772,80
XII - Pagamento por serviços ambientais - PSA e Recomposição florestal	R\$659.500,00	R\$510.983,27	R\$148.516,73
Ação 1 - Serviços para atualização do Plano Diretor de Reflorestamento	R\$98.500,00	R\$98.500,00	R\$0,00
Ação 2 - Realizar estudos e levantamento de áreas a serem executados serviços de recomposição da mata nativa e proteção de nascentes nas bacias PCJ	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 3 - Contratação da elaboração de projetos e licenciamentos ambientais para a execução dos serviços de recomposição da mata nativa, com base nas áreas levantadas.	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 4 - Em relação ao PSA elaborar diagnósticos, projetos e programas de incentivo para implementação dos serviços previstos, busca de fontes de recursos financeiros para estes pagamentos, bem como suporte para elaboração de legislação para essa finalidade.	R\$142.000,00	R\$28.400,00	R\$113.600,00
Ação 7 - Serviços de recomposição florestal	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 8 - Gerenciadora de projetos	R\$419.000,00	R\$384.083,27	R\$34.916,73

Programas	Contratado 2013-2016	Desembolsado 2013 - 2016	Saldo a pagar
XIII - Recuperação da qualidade dos corpos d'água	R\$4.727.282,33	R\$3.862.055,02	R\$865.227,31
Ação 4 - Remuneração do Agente Técnico e gerenciadora de projetos	R\$4.727.282,33	R\$3.862.055,02	R\$865.227,31
XIV - Uso racional dos recursos hídricos	R\$26.954.456,30	R\$19.445.203,20	R\$7.509.253,10
Ação 1 - Elaboração do Plano Diretor de Controle de Perdas para 18 municípios e complementação dos planos existentes conforme conteúdo mínimo para 22 municípios	R\$1.881.689,00	R\$1.881.689,00	R\$0,00
Ação 3 - Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$25.072.767,30	R\$17.563.514,20	R\$7.509.253,10
XV - Cursos e capacitação	R\$406.010,00	R\$319.385,00	R\$86.625,00
Ação 1 - Firmar parcerias com as instituições de ensino, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas vagas nos cursos de especialização "Lato Sensu"	R\$406.010,00	R\$319.385,00	R\$86.625,00
Ação 3 - Firmar parcerias com as instituições de ensino, visando oferecer aos membros das diversas entidades e órgãos vagas em curso de especialização "Lato Sensu" ligadas às áreas de planejamento urbano, tratamento de esgoto e controle às perdas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
XVI - Cadastro de usuários	R\$317.234,47	R\$295.661,55	R\$21.572,92
Ação 1 - Proposição e avaliação de uma arquitetura de sistema integrado ao Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH	R\$24.634,51	R\$24.634,51	R\$0,00
Ação 2 - Constituição de banco de dados integrados	R\$14.050,00	R\$14.050,00	R\$0,00
Ação 3 - Desenvolvimento de módulo financeiro para o sistema integrado	R\$278.549,96	R\$256.977,04	R\$21.572,92
XVII - Desassoreamento	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 1 - Contratação de serviços para levantamento de trechos críticos quanto ao assoreamento e à qualidade dos corpos d'água que afete o abastecimento público (Projeto canal de Piracaia)	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
XVIII - Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	R\$3.678.206,77	R\$3.037.983,48	R\$640.223,29
Ação 1 - Logística e suporte às reuniões plenárias e da CTs dos Comitês PCJ	R\$809.151,60	R\$708.596,31	R\$100.555,29
Ação 2 - Eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 20 anos de implantação, Intercâmaras e simpósios	R\$475.045,49	R\$475.045,49	R\$0,00
Ação 3 - Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos externos, tais como: Fóruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias; ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água	R\$865.419,70	R\$865.419,70	R\$0,00

Programas	Contratado 2013-2016	Desembolsado 2013 - 2016	Saldo a pagar
Ação 4 - Tecnologias para aperfeiçoamento dos sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês e gerenciadora de ações	R\$1.528.589,98	R\$988.921,98	R\$539.668,00
XIX - Reservatórios	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 4 - Ações complementares visando a minimização dos impactos da implantação das 2 barragens	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Ação 7 - Contratação de serviços visando estudo de alternativas para abastecimento público na sub bacia do Rio Corumbataí	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Total	R\$58.787.210,33	R\$41.238.035,22	R\$17.549.175,11

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ

Considerando a arrecadação efetiva e os rendimentos de aplicação financeira do período de 2013 a 2016 e as contratações já realizadas, apurou-se o saldo disponível de R\$16.837.617,77. Cabe ressaltar que o valor de R\$8.391.499,77 foi alocado para projetos de demanda espontânea a serem contratados no exercício 2017 e, portanto, a Diretoria da Agência das Bacias PCJ propõe realocar R\$8.446.118,00 para o PAP PCJ 2017-2020, conforme apresentado no quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Proposta de transferência de valores do PAP PCJ 2013-2016 para PAP PCJ 2017-2020.

Contratação	PAP 2013-2016 Programa/ação	Valor	Proposta transferência para PAP 2017-2020 Programa/ação
Plano Diretor Florestal	XII - Ação 1	R\$372.000,00	IV - Ação 8
Reforma Viveiro Camanducaia	XI - Ação 3	R\$24.118,00	XII - Ação 4
Plano de macrodrenagem Bacia Jundiá	V - Ação 10	R\$2.200.000,00	VIII - Ação 1
Plano de macrodrenagem Camanducaia	V - Ação 10	R\$300.000,00	VIII - Ação 5
Projeto básico macrodrenagem Córrego Divinéia	V - Ação 10	R\$600.000,00	VIII - Ação 6
Elaboração de estudo de avaliação hidrogeológica visando captação de água subterrânea	VIII - Ação 1	R\$600.000,00	IX - Ação 9
Alternativas de abastecimento bacia Corumbataí	XIX - Ação 7	R\$1.000.000,00	IX - Ação 4
Plano diretor de combate às perdas - 22 municípios SABESP	XIV - Ação 1	R\$2.900.000,00	IX - Ação 2
Gerenciadora ambiental	XII - Ação 8	R\$450.000,00	IV - Ação 7
Total	-	R\$8.446.118,00	

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ

Após quatro anos de atividades envolvendo o Plano de Aplicação Plurianual PAP-PCJ 2013-2016, diversas atividades foram contratadas, como explicitadas nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, e outras estão em via de serem contratadas, notadamente, o Plano Diretor de Reflorestamento das Bacias PCJ, as ações relacionadas com a recuperação físico-hídrico e ambiental de propriedades rurais envolvidas em programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) ou não, Planos Diretores de Combate às Perdas para 22 municípios operados pela SABESP, Planos de Macrodrenagem do Rios Jundiá e Camanducaia, dentre

outras. Desta forma, não haverá inclusões de novas ações, somente remanejamento de valores anteriormente alocados e não contratados, com intuito de garantir a efetiva aplicação dos recursos arrecadados.

5- RESULTADOS E INDICADORES

Ainda com relação ao Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas- ANA, a Agência das Bacias PCJ realiza uma série de ações, como aquelas dos indicadores abaixo relacionados inseridos no referido Contrato de Gestão:

A - Indicador 2 – Planejamento e Gestão:

Os relatórios aqui descritos são exigências da Agência Nacional de Águas – ANA no âmbito do Contrato de Gestão 03/2011, que estão sendo enviados ao final de janeiro de 2017 à Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão – CACG para análise.

2A - Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis e Relatório anual de Acompanhamento das ações executadas.

Os referidos Relatórios podem ser obtidos pelo link:

<<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-recursos-financeiros-2016.pdf>>

<<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/avaliacao-plano-rh-2010-2020.pdf>>

Abaixo segue apenas o item “conclusão” transcrito do relatório da execução das ações previstas no Plano de Bacias PCJ 2010/2020, exercício de 2015 para ilustrar os esforços despendidos por Prefeituras Municipais, Empresas de Saneamento, Governos Estaduais de São Paulo, Minas Gerais, União e de todos os membros dos Comitês PCJ visando o atingimento das metas do Plano das Bacias PCJ.

“.... Conclusão

Com o desenvolvimento das atividades são possíveis as seguintes conclusões finais sobre o trabalho:

A divulgação por parte do IBGE dos dados completos do CENSO IBGE 2010 demonstrou que o comportamento da demografia que era utilizada nos planos e projetos de planejamento de longo prazo não condiz com a realidade apresentada pelo CENSO. Para os municípios das Bacias PCJ (ano de 2014), a população estimada pelo IBGE é 1,35% maior que a estimada pelas projeções anteriores. Analisando os municípios caso a caso, notam-se valores muito discrepantes, com sete municípios apresentando diferenças de mais de 20%.

- Este fato, torna-se imprescindível a revisão e a atualização das metas do Plano de Bacias 2010-2020, que se iniciou em 2016.

- A atualização da curva de custos indicou que os custos de saneamento (data base Novembro/2016) ficaram 81,11% maiores em relação aos custos estimados quando da elaboração do Plano de Bacias 2010-2020 (Junho/2008).

- Os indicadores de saneamento continuam a mostrar evolução para as Bacias PCJ, passando de **42%** em 2008, para **59%** em 2012, atingiram **72%** em 2014 e mantiveram neste patamar em 2015.

- Analogamente aos valores de coleta e tratamento de esgotos, os indicadores do enquadramento apresentaram um potencial de melhoria considerável, passando de **40%** dos trechos enquadrados em 2008 para **49,84%** nas condições da simulação para o ano de 2015.

- Mesmo com uma pequena amostra de municípios que responderam os questionários enviados, os valores de investimentos são superiores a 500 milhões de reais.

- Com base nos indicadores de saneamento dos municípios, os valores médios de tratamento de esgoto nas Bacias PCJ atingiram a meta proposta. Em termos de enquadramento, considerando todas as premissas da simulação realizada, os valores registrados ficam muito próximos dos valores previstos na meta do plano de bacia, para o cenário possível.

- Os dados coletados indicaram que as projeções feitas pelo Plano de Bacias 2010-2020 foram bastante realistas, uma vez que grande parte dos recursos de investimento

previsto no cenário possível realmente foram aplicados e resultaram em melhorias nos indicadores de coleta e tratamento de esgoto.

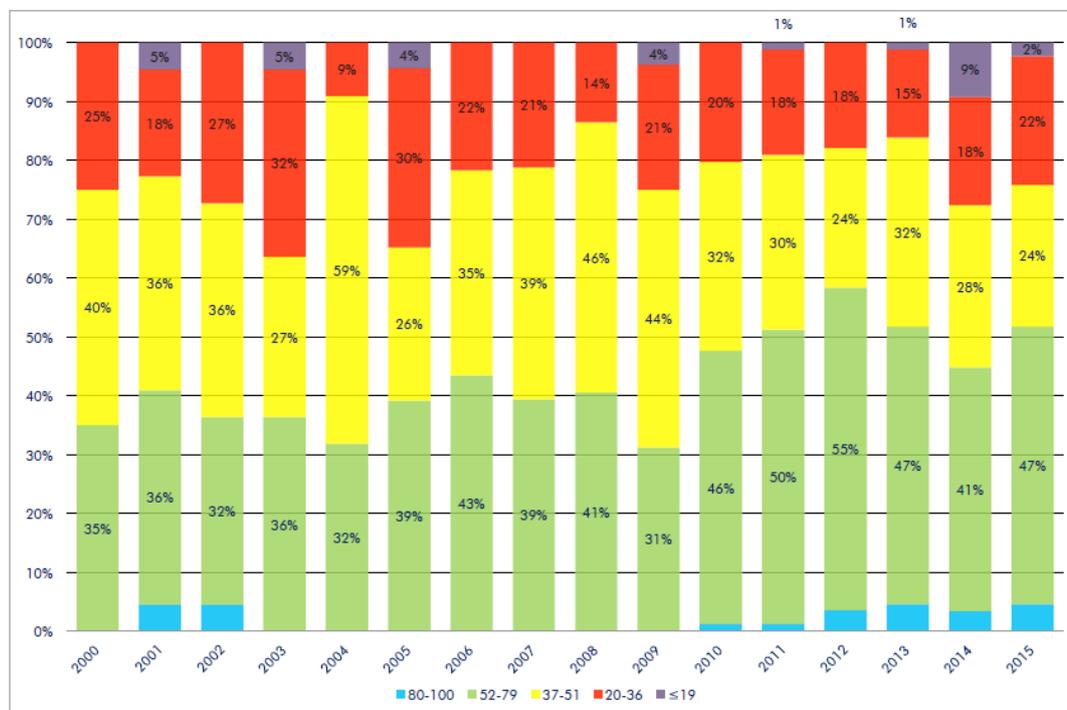
- Ressalta-se que com o aumento de população maior que o projetado no Plano de Bacias, a carga orgânica potencial também cresceu na mesma proporção, pressionando as metas de enquadramento.

- O trabalho de monitoramento e acompanhamento das metas do Plano de Bacias mostrou-se um instrumento muito útil para identificar os principais problemas que atrapalham o cumprimento das metas, bem como para apontar iniciativas de alguns municípios que não estavam contemplados no Plano de Bacias.

Os dados e as conclusões aqui apresentados indicam a importância de constantes revisões nas metas do plano de bacias, uma vez que a quantidade de variáveis que interagem com os recursos hídricos dificulta previsões para longos períodos.

Outro indicador que pode ajudar a entender as melhorias verificadas com as ações contratadas é o Índice de Qualidade da Água (IQA), conforme gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Resultados do IQA para a porção das Bacias PCJ localizada no Estado de São Paulo



Fonte: Relatórios de Qualidade das Águas Superficiais no Estado de São Paulo da CETESB (2000/2015)

Na série apresentada pode-se observar, de forma geral, uma tendência de aumento na frequência de pontos com valor médio considerado ótimo ou bom até o ano de 2012. Apenas em 2009 registra-se uma relativa piora no indicador. Dada a ocorrência de chuvas mais intensas nesse ano, podemos associar a relativa piora com a poluição difusa, trazida indiretamente pelas águas das chuvas.

No ano de 2013, a análise deste indicador demonstra uma diminuição dos pontos com valor médio considerado como bom. Observa-se, contudo, que esta variação pode estar associada à baixa ocorrência de chuvas registradas neste período. Registra-se, no entanto, continuidade na tendência de melhora, como pode-se constatar com o aumento de pontos na categoria ótimo e diminuição de pontos na categoria ruim.

No ano de 2014, observaram-se indícios de severo comprometimento da qualidade do corpo hídrico, visto que foi este um ano de expressiva estiagem, com o aumento na proporção de postos classificados como “ruins”. Cabe ressaltar, também, que a maior parte dos postos de monitoramento da rede Cetesb está localizada em região onde há disposição de efluentes domésticos e industriais.

Para o ano de 2015, observa-se uma tendência de melhoria da qualidade da água na porção das Bacias PCJ localizada no Estado de São Paulo. A quantidade de postos com qualidade considerada “péssima” diminuiu, enquanto a proporção de postos considerados “bons” aumentou. Ainda em comparação com o ano de 2014, nota-se que a evolução dos indicadores em 2015 pode estar relacionada à melhoria do regime pluviométrico.

Desta forma, podemos concluir que com a contratação da “Revisão do Plano das Bacias PCJ – 2010-2020” poderá se ter a oportunidade de rever e construir uma nova proposta para o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2017-2020) com ações mais específicas e próximas da realidade das Bacias PCJ, considerando as divergências já apontadas acima, como resultantes das discussões que ocorrerão nesta próxima avaliação.

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ